

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS ADRIANO MATSUMOTO

**EVIDENCIAÇÃO DO TESTE DE *IMPAIRMENT* NAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE COMPANHIAS ABERTAS LISTADA NA BM&FBOVESPA**

DOURADOS/MS
2014

CARLOS ADRIANO MATSUMOTO

**EVIDENCIAÇÃO DO TESTE DE *IMPAIRMENT* NAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE COMPANHIAS ABERTAS LISTADA NA BM&FBOVESPA**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor: Manfredo Rode
Banca Examinadora:
Professor: Juarez Marques Alves
Professora: Glenda de Almeida Soprane

DOURADOS/MS
2014

Evidenciação do teste de *impairment* nas Demonstrações Financeiras de Companhias Abertas
Listada na BM&FBOVESPA

CARLOS ADRIANO MATSUMOTO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Professor Manfredo Rode

Presidente

Professor Me Juarez Marques Alves

Avaliador

Professora Me Glenda de Almeida Soprane

Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade UFGD, pela oportunidade de fazer o curso.

Ao meu orientador Professor Manfredo Rode, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Agradeço a minha mãe Rosa, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai Miguel, que apesar de todas as dificuldades, me fortaleceu, e que para mim, foi muito importante.

A minha irmã Lidia, que sempre esteve me apoiando, motivando é nunca me deixou desistir.

Aos Tios, Mário Matsumoto é Teresa Matsumoto, que sempre me mostrou a importância e o valor de se ter um curso superior.

Aos amigos Claudinei Pereira de Moraes, Mauricio Okabayashi, Glazielle Jardim Bezerra, Beatriz Carmona Alves, Danilo Vasconcelos, Gabriela Borges, Robson Farias, Rachel Rocha e Emilce Toledo, companheiros de estudos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo do estudo é verificar se as empresas listadas no nível 1 de governança corporativa evidenciou o teste de redução ao valor recuperável de ativos, de acordo como CPC 01 R1. Para execução do estudo verificou-se as demonstrações padronizadas e as respectivas notas explicativas das empresas listadas no nível 1 de governança corporativa no ano de 2013. O estudo se caracterizou como exploratória e quanto aos procedimentos é uma pesquisa documental e a abordagem é qualitativa. De início foi verificado as empresas que não reconheceram a perda por desvalorização e depois as empresas que reconheceram a perda. A análise foi feita para verificar se as empresas atenderam aos requisitos obrigatórios listado no CPC 01 R1. O resultado da pesquisa mostrou que as empresas não atenderam a todos os requisitos que estabelece o CPC 01 R1.

Palavras chaves: BM&FBOVESPA, CPC 01 R1, teste de *impairment*, redução ao valor recuperável

ABSTRACT

The objective of the study is to verify if the companies listed on Level 1 of corporate governance highlighted the reduction test to the recoverable value of assets, according to CPC 01 R1. For the implementation of this study was found that the standard statements and the related notes of the companies listed on Level 1 of corporate governance in 2013. The study was characterized as exploratory and on procedures is a documentary research and the approach is qualitative. At first it was found that the companies did not recognize the impairment loss and then the companies that recognized the loss. The analysis was performed to verify if the companies complied with the mandatory requirements listed in CPC 01 R1. The research result showed that companies did not meet all the requirements establishing in CPC 01 R1.

Key words: BM&FBOVESPA, CPC 01 R1, testing for impairment, impairment

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

IAS – *International Accounting Standards*

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

CPC – Comissão dos pronunciamentos contábeis

UGCs – Unidade geradora de caixas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	02
1.2 OBJETIVOS	02
1.2.1 Objetivo Geral	02
1.2.2 Objetivos Específicos	02
1.3 JUSTIFICATIVA	02
2 REVISÃO TEÓRICA	04
2.1 Ativos.....	04
2.2 Ativo Imobilizado	05
2.2.1 Depreciação	05
2.3 Ativo Intangível.....	06
2.4 Teste de <i>Impairment</i>	06
2.4.1 valor em uso.....	08
2.4.2 fluxos de caixa futuro.....	08
2.4.3 taxa de desconto.....	08
2.4.4 reconhecimento e mensuração de perda por desvalorização.....	09
2.4.5 identificação da unidade geradora de caixa à qual um ativo pertence.....	10
2.4.5.1 valor recuperável e valor contábil de unidade geradora de caixa.....	11
2.4.5.2 alocação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) a unidade geradora de caixa.....	11
2.4.6 reversão de perda por desvalorização.....	12
2.4.7 divulgação.....	12
2.5 Governança Corporativa.....	14
2.6 nível 1 de governança corporativa.....	15
3 METODOLOGIA	17
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	17
3.1.1 A Pesquisa Quanto aos Objetivos.....	17
3.1.2 A Pesquisa Quanto aos Procedimentos.....	17
3.1.3 A Pesquisa Quanto à Abordagem do Problema.....	16
3.2 Objeto da Pesquisa.....	16
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6. REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

International Accounting Standards (IAS) é a Estrutura Conceitual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras, que estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para usuários externos. (ERNST YOUNG, 2010)

No ano de 2001 a Comissão Europeia decide adotar as normas internacionais de contabilidade (IAS) para a preparação das demonstrações financeiras. Em 2005 foi escolhido para ser o ano para a adoção integral das normas internacionais de contabilidade, os europeus aderiram com facilidade à nova norma, com 7.000 companhias listadas nas bolsas de valores, que adotaram o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). (ERNST YOUNG, 2010)

A norma *International Accounting Standards 36 (IAS 36) – Impairment of Assets (IAS 36)* que é o pronunciamento que define regras a ser aplicada pelas empresas, que assegure que seus ativos imobilizados não sejam registrados contabilmente por um valor superior ao valor de recuperação no uso de suas operações. (ERNST YOUNG, 2010)

No Brasil foi adotado através da Resolução 1055/05 com Pronunciamento técnico 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, pronunciamento elaborado a partir do *International Accounting Standards (IAS 36) Impairment of Assents*, que foi aprovado pela deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM 527/07 e tornado obrigatório pela resolução CFC nº 1.110/07 – (Conselho Federal de Contabilidade) para os profissionais de contabilidade das entidades. (ERNST YOUNG, 2010)

No Brasil vigora a Lei por ações nº 6.404/76, a sociedade brasileira representada pelas entidades contábil, contadores, auditores, órgãos reguladores, analistas de mercado de capitais, por muito tempo se discutia a necessidade de atualizar a Lei, no ano de 2000 foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.741, com uma proposta de modificação na Lei da sociedade por ações e depois de sete anos, em 2007 foi aprovado a Lei nº 11.638, sancionada pelo Presidente da República em 28 de dezembro de 2007. Essa mudança da Lei que começou a ser adotada pelas empresas brasileiras no ano seguinte (2008), que proporcionou a aproximação das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade. (ERNST YOUNG, 2010)

No ano de 2000 houve a criação dos níveis diferenciados de Governança Corporativa. Esses segmentos especiais de listagem foram criados para proporcionar um ambiente que

ocorra a valorização das companhias e desperte o interesse dos investidores. (ROSSETTI 2011)

Os níveis diferenciados de Governança Corporativa prezam pela transparência, prestação responsável de contas, equanimidade no tratamento dos acionistas, regras claras e *enforcement* das condições contratadas. (ROSSETTI 2011)

O estudo tem como objetivo verificar se as empresas listadas no nível 1 de Governança Corporativa evidenciam o teste de *impairment* em suas Demonstrações Padronizadas.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Para que a empresa possa participar do nível 1 de governança corporativa, é necessária a assinatura do contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 1, celebrado entre, a BM&FBOVESPA, a empresa, os administradores e o acionista controlador.

A maior parte dos compromissos que as empresas do Nível 1 de governança corporativa assumem perante os investidores referem-se ao fornecimento de informações que auxiliam na avaliação sobre o valor da empresa.

Quando a empresa faz o teste de redução ao valor recuperável, ela está verificando se o valor investido no ativo está sendo recuperado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar se as empresas de capital aberto listada no nível 1 de governança corporativa evidenciam o teste de *impairment* em suas demonstrações contábeis de acordo com os requisitos de divulgação constante no Pronunciamento Técnico 01 (R1) - CPC 01 (R1).

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar as empresas que reconheceram as perdas por desvalorização

Verificar as causas que levaram a perda por desvalorização

Verificar se as entidades que reconheceram as perdas por desvalorização em outros segmentos

Verificar as empresas que reconheceram o ágio (*goodwill*) ou ativo intangível com vida útil indefinida.

Verificar os critérios utilizados, quando o valor recuperável for o valor em uso.

1.3 JUSTIFICATIVA

O teste de *impairment* é obrigatório, pela Comissão de Pronunciamento Contábeis 01 (CPC 01) R1, (2010) e também uma importante ferramenta para registrar as perdas no ativo

não circulante, quando o mesmo não consegue trazer de volta o investimento efetuado pela empresa, será registrada uma perda. As empresas listadas na BM&FBOVESPA no nível 1 registram o teste de *impairment*?

As empresas alvo do estudo participam de um segmento diferenciado de governança corporativa, que preza pela transparência das informações juntos aos seus acionistas.

Esse estudo se faz necessário, porque o objetivo do teste de *impairment* é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu valor recuperável.

Fernandes, Rodrigues e Cunha (2010) pesquisaram sobre Perda no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise da Sua Evidenciação nas Demonstrações Financeira no ano de 2008, e constataram que das 96 empresas pesquisadas, nove empresas reconheceram a provisão de perda no valor recuperável de ativo.

Ono, Rodrigues e Niyama (2010) pesquisaram sobre *Disclouse* sobre o *Impairment*: Uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008, a amostra foi composta por 132 empresas que integram o segmento do Novo Mercado, 15 entre as 16 empresas que ajustaram o valor contábil de seus ativos a valor recuperável, não apresentaram de forma satisfatórias as informações requeridas pelo CPC 01.

Souza, Borba e Zandonai (2011) pesquisaram sobre Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiro no primeiro quadrimestre de 2009, a amostra foi de 52 empresas listadas no Índice IBOVESPA, constatou que entre as empresas que reconheceram a perda no valor recuperável, nenhuma apresentou todas as exigências requeridas pelo CPC 01, no que concerne à divulgação da perda no valor recuperável de ativos.

Sales, Andrade e Ikuno (2012) estudaram *Impairment* e o setor de energia elétrica: Características da evidenciação contábil no ano de 2009, das 15 maiores empresas do setor de energia elétrica, e chegaram à conclusão que duas empresas não divulgaram nenhuma informação, e duas empresas observaram todas as exigências cabíveis às empresas do setor.

Segundo Souza, Borba e Zandonai (2011, p.88) “o tema *impairment*, é ainda bastante desconhecido tanto pelos profissionais quanto pelos acadêmicos, precisa ser amplamente estudado, para que se possa compreender seus reflexos e sua abrangência nas Demonstrações Financeiras”.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 ATIVOS

Iudícibus et al (2010, p.2) entendem que o ativo abrange os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.

De acordo com Iudícibus (2006, p.139) “os ativos são recursos controlados por uma entidade capaz de gerar, mediata ou imediata, fluxos de caixa.”

O termo recurso é amplo, incluindo tangíveis e intangíveis. O fato de serem controlados por uma entidade é uma dimensão mais moderna de ativo. Ao controlarmos, podemos ter ou não a propriedade. Por outro lado, a posse nem sempre é indispensável para caracterizar um ativo. Podemos ter adquirido um ativo e ele estar ainda em trânsito, não chegou, fisicamente, em nossa entidade, mas, nem por isso deixa de ser ativo. (IUDÍCIBUS, 2006. P. 139)

Segundo Iudícibus (2006, p. 139) “O Ativo ao trazer benefícios imediatos ou futuros, transformará esses benefícios em entrada de caixa ou em economia de saída de caixa líquidas de caixa”.

O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção. (CPC – 00, 2011)

Segundo o CPC – 00 (2011) geralmente a entidade emprega os seus ativos na produção de bens ou na prestação de serviços que atenda os desejos e as necessidades dos consumidores, e quando os mesmos se dispõem a pagar por eles e a contribuir assim para o fluxo de caixa da entidade.

Os benefícios econômicos, futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, o ativo pode ser:

- (a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;
- (b) trocado por outros ativos;
- (c) usado para liquidar um passivo; ou
- (d) distribuído aos proprietários da entidade. (CPC – 00, 2011)

O CPC – 00 (2011) descreve que muitos ativos do imobilizado têm forma física, mas a forma física não é qualidade essencial, porque as patentes e os direitos autorais também são considerados ativos.

Segundo o CPC – 00, (2011) “um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes, fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade”.

Um ativo não deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem e expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente. Ao invés disso, tal transação deve ser reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Esse tratamento não implica dizer que a intenção da administração ao incorrer nos gastos

não tenha sido a de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade ou que a administração tenha sido mal conduzida. A única implicação é que o grau de certeza quanto à geração de benefícios econômicos para a entidade, além do período contábil corrente, é insuficiente para garantir o reconhecimento do ativo. (CPC – 00, 2011)

2.2 ATIVOS IMOBILIZADOS

Iudicibus et al (2010, p. 245) entendem que o ativo imobilizado é a parte do ativo onde se encontra os bens para o uso e à manutenção da atividade da empresa.

Segundo Marion (2009, p. 350) “entende-se por ativo imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”.

Conforme Iudicibus et al (2010, p. 222) são considerados todos os ativos tangíveis ou corpóreos que são utilizados ao funcionamento da sociedade.

Segundo o CPC 27 (2009) os ativos imobilizados são tangíveis, mantido para o uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, e quando se espera utilizar por mais de um período.

Iudicibus et al (2010, p. 223) afirmam que o Imobilizado está dividido em dois grandes grupos: Bens em operação e imobilizado em andamento, o primeiro e todo imobilizado já em uso nas atividades da empresa, já o segundo são os imobilizados que ainda não está em uso, essa separação é importante na apuração de índices e comparações entre as receitas e o imobilizado, apuração necessária para a melhor utilização do imobilizado.

Pela definição de Assaf Neto (2012, p. 67) Imobilizado tangível são os bens físicos da empresa que não será vendido e utilizado na manutenção das atividades operacionais da empresa em vários ciclos produtivo da empresa.

2.2.1 DEPRECIAÇÃO

Assaf Neto (2012, p. 67) afirma que o imobilizado deve ser avaliado subtraído do valor da perda em função do uso, que é chamado de depreciação.

Marion (2009, p. 353) entende que quase todo o ativo imobilizado, exceto terrenos e obras de artes tem uma vida útil limitada, conforme for passando o tempo ocorre o desgaste desse bem, que se torna um custo a ser registrado com despesa.

Segundo Iudicibus et al (2010, p. 248) o valor considerado depreciado de um ativo imobilizado é calculado pela diferença entre o custo ao qual está sendo reconhecido menos valor residual.

Na estrutura contábil tradicional, depreciação refere-se ao processo de alocação do valor de entrada, geralmente o custo original ou corrigido, de instalações e equipamentos, aos vários períodos durante os quais se espera obter os benefícios

decorrentes de sua aquisição ou emprego. (HENDRIKSEN E BREDA 2007, P. 325).

Iudicibus et al (2010, p. 249) afirma há vários métodos de calculo da depreciação, e que o método utilizado deve refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros alcançados pelo ativo imobilizado.

Segundo o CPC 27 (2009) A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo.

2.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Segundo Marion (2009, p.360) o Ativo Intangível são os bens incorpóreos que se destina à manutenção da companhia.

Para Assaf Neto (2012, p.68) “o Ativo Intangível compõe-se dos bens de propriedade industrial ou comerciais legalmente conferidos à empresa, originando-se disto seu valor, e não da propriedade física dos mesmos”.

Marion (2009, P. 360) entende que os bens intangíveis são os direitos da empresa que não pode ser tocados, por não existir fisicamente.

O CPC 04 (2010) define o Ativo Intangível:

Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

- (a) For separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou.
- (b) Resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Segundo Iudicibus et al (2010, p. 264) será considerado intangível se for separável, que poderá ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado, ou trocado, individualmente ou junto ao um contrato ou for de resultado de direitos contratuais ou outros direitos legais, independente de do direito ser transferíveis ou separáveis da entidade ou outros direitos e obrigações.

Iudicibus et al (2010, p. 265) Afirma que o Ativo Intangível que tem vida útil definida deve ser amortizado, já um Ativo Intangível com vida útil indefinida não dever ser amortizado. E que os Ativos Intangíveis com vida útil definida, faça uso do teste de *impairment*.

2.4 TESTE DE *IMPAIRMENT*

Para Iudicibus et al (2010, p. 236) se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável (valor presente dos fluxos futuros), deve-se reduzir esse valor por meio da conta credora denominada perda estimada por redução ao valor recuperável.

Segundo Marion (2009, p. 373) “o Teste de *Impairment* tem como objetivo assegurar que o ativo não seja registrado por um valor maior de ser recuperado no uso de suas operações. E se o ativo tiver um valor contábil maior que o seu valor recuperável, a entidade deve reconhecer a desvalorização”.

Assaf Neto (2012, p. 68) define “Teste de *Impairment* como a redução do valor recuperável de um bem ativo, com o objetivo de ajustar o valor contábil do ativo ao seu valor econômico”.

Segundo Iudícibus et al (2010, p. 237) “as entidades deve avaliar pelo menos ao final de cada exercício social se existe alguma indicação de que um ativo tenha perdido valor”.

Segundo o CPC 01 – R1 (2010) ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar conforme considerado os quadros abaixo:

Quadro 1 – Fatores externos:

(a)	Se o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período mais do que seria esperado da passagem do tempo ou do uso normal;
(b)	Mudanças significativas ocorreram durante o período, ou podem ocorrer no futuro, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, onde a entidade opera;
(c)	Taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimento aumentaram e afeta a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo e diminuir o valor recuperável do ativo;
(d)	O valor contábil do patrimônio líquido da entidade for maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

Quadro 2 – Fatores internos:

(a)	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico.
(b)	Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, essa mudança incluem os ativos que se tornam inativos ou ociosos ou planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence.
(c)	Evidência disponível de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo será pior que o esperado.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

De acordo como CPC – 01 R1(2010) que independente de existir indicação de redução ao valor recuperável, à entidade deve testar anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda que não esteja disponível para o uso, comparando o seu valor contábil com o seu valor recuperável. E também testar anualmente o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinações de negócios.

2.4.1 VALOR EM USO

Quadro 3 – Cálculo do valor em uso do ativo.

(a)	Estimativa dos fluxos de caixa futuros que entidade espera obter com esse ativo;
(b)	Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de acontecimento desses fluxos de caixa futuros;
(c)	Valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
(d)	Preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo
(e)	Outros elementos, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado considerariam ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

Quadro 4 – Estimativa do valor em uso.

(a)	Estimar futuras entradas e saídas de caixa derivadas do uso contínuo do ativo e de sua baixa final
(b)	Aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

2.4.2 FLUXOS DE CAIXA FUTURO

Quadro 5 – Estimativas de fluxos de caixa futuros.

(a)	Projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo;
(b)	Projeções de saídas de caixa que são inevitavelmente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso)
(c)	Se houver fluxos de caixa líquidos a serem recebidos quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

Segundo o CPC-01 R1 (2010) as estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preços devido à inflação.

2.4.3 TAXA DE DESCONTO

De acordo com o CPC 01 R1 (2010) a taxa de desconto deve ser calculada antes dos impostos, e reflita as avaliações atuais de mercado sobre:

Quadro 6 – Cálculo da taxa de desconto.

(a)	Do valor do dinheiro no tempo;
(b)	Dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixas futuros não tenham sido ajustadas.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

Segundo o CPC 01 R1 (2010) para poder fazer a taxa de desconto é preciso que faça:

Uma taxa que reflita avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo é o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo de ocorrência e perfil de risco equivalente àqueles que a entidade espera que advenham do ativo. Essa taxa é estimada a partir de taxas implícitas em transações

correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de companhia aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob-revisão. Entretanto, a taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso do ativo não deve refletir os riscos para os quais os fluxos de caixa futuros estimados tenham sido ajustados. De outro modo, o efeito de algumas premissas será levado em considerações em duplicidade. (CPC – 01 R1, 2010)

2.4.4 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

A mensuração do valor recuperável e da perda por desvalorização:

O valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior valor entre: (i) o valor líquido de venda do ativo; e (ii) o valor em uso desse ativo. O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra. Já o valor em uso de um ativo imobilizado é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade. (IUDÍCIBUS ET AL, 2010, P. 237).

Segundo Marion (2009, p. 374) o valor recuperável é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o valor em uso, e se um desses valores for maior que o valor contábil, não haverá perda de redução ao valor recuperável.

De acordo com o CPC 01 R1 (2010) somente será reconhecido uma perda se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, nessa situação o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Representado uma perda por desvalorização do ativo.

Segundo o CPC 01 R1 (2010) a perda por desvalorização deve ser reconhecida no momento que ocorre o reconhecimento na demonstração do resultado, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado. Quando é ativo reavaliado deve ser tratado como diminuição do saldo da reavaliação.

O CPC 01 R1 (2010) descreve que quando a perda por desvalorização de ativo não é de um ativo reavaliado, deve ser reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Mas a perda por desvalorização do ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (reserva de reavaliação).

De acordo com o CPC 01 R1 (2010) se a perda por desvalorização for maior do que o seu valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo somente se for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Conforme o CPC 01 R1 (2010) após o reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão do ativo deve ser ajustado em períodos

futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos o seu valor residual (quando houver), em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.

2.4.5 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE

Segundo Iudícibus et al (2010, p. 237) pode acontecer quando não será possível estimar o valor recuperável de um ativo imobilizado de maneira individual, considerando a unidade de propriedade definida pela empresa. Deve-se identificar a unidade geradora de caixa à qual o imobilizado pertence.

O CPC 01 R1(2010) descreve um exemplo para identificação da unidade geradora de caixa à qual um ativo pertence, conforme quadro extraído abaixo:

Quadro 7 – Exemplo de identificação de uma unidade geradora de caixa.

EXEMPLO 1
<p>Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor de sucata e ela não gera entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.</p> <p>Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro privada porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade deve estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro particular pertence, isto é, a mina como um todo.</p>

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

Segundo Iudícibus et al (2010, p. 237) a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixas provenientes de outros ativos ou de grupos de ativos. E que a entidade deve identificar a unidade geradora de caixa à qual um ativo pertence.

O CPC 01 R1 (2010) cita um exemplo de como identifica o menor grupo de ativos, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 8 – Exemplo para identificar o menor grupo de ativos.

EXEMPLO 2	
<p>Uma empresa de ônibus fornece serviços, sobre contrato, a um município que requer a prestação de serviços mínima em cada uma das cinco linhas operadas. Os ativos alocados a cada linha e os fluxos de caixa provenientes de cada linha podem ser identificados separadamente. Uma das linhas opera com prejuízo significativo.</p> <p>Como a entidade não tem a opção de eliminar nenhuma das linhas operadas, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos são as entradas de caixa geradas pelas cinco linhas em conjunto. A unidade geradora de caixa para cada linha é a empresa de ônibus como um todo</p>	

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

2.4.5.1 VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UNIDADE GERADORA DE CAIXA

Segundo Iudícibus et al (2010, p. 238) o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso.

Quadro 9 – Valor Contábil de uma unidade geradora de caixa

(a)	Deve considerar apenas o valor contábil daqueles ativos que podem ser atribuídos diretamente ou alocado à unidade geradora de caixa.
(b)	Não deve considerar o valor contábil de qualquer passivo reconhecido, a não ser que o valor recuperável da unidade geradora de caixa não possa ser mensurado sem o valor do passivo.

Fonte: CPC 01 R1 (2010)

2.4.5.2 ALOCAÇÃO DO ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (*GOODWILL*) A UNIDADE GERADORA DE CAIXA

Conforme o CPC 01 R1 (2010) o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) obtido em combinações de negócios deve, desde a data da operação, ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do comprador ou a grupos de caixa de unidades geradora de caixa, que devem se beneficiar das sinergias da operação.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de uma entidade reconhecida no ativo intangível deve ser alocado a cada uma das unidades ou a grupos de unidades geradoras de caixa da entidade adquirente para fins de determinação de seu valor contábil. Essa alocação deve considerar a contribuição que as sinergias criadas na aquisição proporcionam a cada uma dessas unidades ou grupos de unidades geradoras de caixa por meio da geração de fluxos de caixa futuros. As unidades ou grupos de unidades geradoras de caixa que receberem as parcelas decorrentes da alocação do *goodwill* devem: (i) representar o nível mais baixo dentro da entidade no qual esse intangível é controlado gerencialmente; (ii) não serem maior do que um segmento, de forma que a alocação seja a mais sistemática e razoável possível. (IUDÍCIBUS et al, 2010, P. 238)

Segundo o CPC 01 R1 (2010) quando a unidade geradora de caixa à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) tiver sido alocado deve ser testado anualmente,

comparando o valor contábil, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

2.4.6 REVERSÃO DE PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

Segundo Iudícibus et al (2010, p. 239) quando existirem indícios de que a perda reconhecida para um ativo individual ou para uma unidade geradora de caixa não mais existir ou que tenha diminuído, existe a possibilidade de reversão de perda por desvalorização.

Iudícibus et al (2010,p.239) diz que a entidade reverte uma perda por desvalorização de um ativo reconhecido em período anterior, exceção feita à parcela do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se tiver ocorrido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável desse ativo desde o período em que a última perda foi reconhecida.

Para Iudícibus et al (2010) “essa reversão representa um aumento no potencial de geração de benefícios econômicos futuros do ativo, que pode ser traduzido tanto no seu valor em uso como no seu valor líquido de venda”.

Conforme o CPC 01 R1 (2010) quando for verificado que a perda por desvalorização pode vir a não mais existir ou tenha diminuído, isso pode ser uma hipótese de que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou exaustão ou o valor residual necessitam ser revisados ou ajustados de acordo com o CPC aplicável ao ativo.

2.5 GOVERNANÇAS CORPORATIVAS

Segundo Gitman (2010, p. 14) Governança Corporativa são regras e procedimentos de tomada de decisão empresarial, e responsável por definir os direitos e deveres dos principais agentes da empresa, entre eles são os acionistas, conselho de administração, diretores e gestores, e demais interessados.

No seu nascedouro, a governança fixou-se nos conflitos de agência entre acionistas e gestores e entre grupos majoritários e minoritários de controle das companhias. A causa da ocorrência indesejável de conflitos entre proprietários e gestores tem sido a dispersão da propriedade e o conseqüente afastamento passivo dos acionistas. Já a causa da ocorrência, também indesejável, de conflitos entre majoritários e minoritários tem sido a concentração da propriedade, que pode levar o bloco de controle a contrariar os interesses dos que estão fora dele. No primeiro caso, o choque de interesses é atribuível ao gestor oportunista; no segundo, ao acionista oportunista. Limitadas a esses dois tipos de conflitos, consideravam-se satisfatórias as práticas de Governança que os harmonizassem. (ROSSETTI 2011, p.130)

Para Rossetti (2011, p. 138) Os Valores da Governança Corporativa que lhe atribui sustentação, são: *Fairness* que é senso de justiça, *Discosure* que é transparência das informações, *Accountability* que é prestação responsável de contas, *Compliance* que é Conformidade no cumprimento de normas.

Segundo Rossetti (2011, p. 430) O ambiente externo da Governança Corporativa no Brasil ocorreu com os principais acontecimentos:

- O marco legal e as recomendações da comissão de valores mobiliários;
- Os compromissos exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo para listagem diferenciada das empresas, segundo os padrões praticados de Governança Corporativa;
- As pressões por boa Governança exercida por investidores institucionais;
- O código das melhores práticas de Governança Corporativa definida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Outro importante marco do desenvolvimento e da difusão de boas práticas de Governança Corporativa no Brasil foi à criação, no final de 1995, do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), O foco dessa instituição era reunir e promover a formação de profissionais qualificados para atuação, como *outsiders*, em conselhos de alto desempenho, que de fato contribuíssem para o desenvolvimento dos negócios e da gestão das companhias abertas, esses órgãos de governança cumpriram, na maior parte dos casos, apenas formalidades legais e burocráticas.

Em 1999, esta instituição ampliou seus objetivos, até então limitados à constituição e às funções dos Conselhos de Administração, mudando sua denominação para Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (ROSSETTI 2011, P.459)

2.6 NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Além das informações trimestrais e anuais obrigatórias por lei, abrir para o mercado demonstrações consolidadas; revisão especial emitida por auditor independente; fluxos de caixa da companhia e do consolidado; quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos controladores, por conselheiros e por diretores executivos, indicando a sua evolução nos últimos doze meses; quantidade das ações em circulação, por tipo e por classe. (ROSSETTI 2011, P.445)

Rossetti (2011, p. 445) menciona também que deve oferecer mecanismo de oferta pública de ações que favoreçam a maior dispersão do capital, também é proibida a emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação.

Segundo Rossetti (2011, p. 445) deve-se também o cumprimento de regras de disclosure em operações envolvendo ativos da companhia, por parte de seus acionistas, controladores ou administradores.

Rossetti (2011, p. 445) também cita que a abertura da posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5 % do capital votante.

Divulgação dos programas de opções de aquisição de ações destinados aos administradores. Obrigatoriedade de divulgação mensal dos negócios com ações da empresa por parte de controladores, administradores e conselheiros. Realização de, pelo menos, uma reunião pública anual com analistas de mercado para apresentar a situação econômica financeira da empresa. Disposição para o mercado do calendário anual dos principais eventos corporativos, como assembleia e reuniões de divulgação do resultado. (ROSSETTI 2011, P.445)

3. METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.1.1 A PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

A pesquisa quanto aos objetivos se enquadra em pesquisa exploratória. Beuren et al (2010, p. 80) “a caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordado”

Serão analisada as demonstrações financeiras padronizadas listada na BM&FBOVESPA no seguimento nível 1 que preza pela governança corporativa.

3.1.2 A PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Nos procedimentos da pesquisa, será analisado as Demonstrações Financeiras Padronizado, que são relatórios de empresas, segundo Gil (2010, P.30) os documentos de primeira mão, são aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico, para exemplificar podemos citar documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, e também existem os documentos de segunda mão, que são os que de alguma forma já foram analisados, como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.

3.1.3 A PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Segundo Richardson (2008) a abordagem qualitativa de um problema é justificado por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

A pesquisa quanto à abordagem é qualitativa. Beuren et al (2010, p. 92)

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo. Haja vista a superficialidade deste último.

Richardson (2008) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema”.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

Foram pesquisados as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DMP) listada no seguimento de nível 1 na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), no ano de 2013. As Demonstrações Financeiras Padronizadas são encontradas no site da instituição.

Os mercados para listagem de empresas diferenciadas segundo os níveis de governança corporativa foram implantados em dezembro de 2000. Em 2006 e 2010, foram introduzidas alterações nos regulamentos para a listagem com três objetivos: 1. Adequar as normas à evolução das próprias companhias; 2. Atender às crescentes exigências dos investidores; 3. Uniformizar as definições do mercado com as dos órgãos reguladores. (ROSSETTI 2011, P. 444)

Para a realização da pesquisa documental foi utilizado um grupo de 31 empresas brasileiras listadas no segmento nível 1 de governança corporativa correspondente ao ano de 2013. Dentre o grupo de empresas listadas no nível 1, oito são instituições financeiras que foram desconsideradas por não se enquadrarem com o ambiente operacional das empresas em estudo, restando 23 empresas para a averiguação das demonstrações contábeis e notas explicativas. As instituições financeiras segue o CPC 38, que trata sobre instrumentos financeiros.

Em seguida foram separadas as empresas que reconheceram a perda por redução ao valor recuperável, das empresas que não reconheceram a perda. No primeiro momento foram analisadas as notas explicativas das empresas que não reconheceram a perda por redução ao valor recuperável e verificada a existência do teste de *impairment*, e os procedimentos adotados para fazer o teste. Nesse procedimento foi verificado se as empresas seguiram os critérios de divulgação, constante a partir dos quadros 10.1 linha 03 até o quadro 10.3.1, as linhas 1 e 2 do quadro 10.1 e quadro 10.0 foram desconsideradas nesta parte da pesquisa, por fazer exigências quanto à perda, uma vez que essa primeira verificação foi nas empresas que não reconheceram a perda por redução ao valor recuperável de ativo.

Posteriormente foi utilizada como referencial teórico a metodologia adotada por Souza, Borba e Zandonai (2011) onde se buscou identificar as empresas que reconheceram perda por redução ao valor recuperável no ativo não circulante no exercício de 2013. E dentro da amostra analisada verificou-se que apenas uma empresa reconheceu a perda no valor recuperável no ativo não circulante. Por isso que essa empresa foi utilizada na segunda parte do estudo.

Através do quadro 10.0 ao quadro 10.3.1, que contém as exigências da norma do CPC 01 R1 e as informações das demonstrações contábeis e as notas explicativas das empresas, realizou-se uma verificação da evidenciação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, no ativo não circulante, buscando verificar se as exigências contidas no quadro 10.0 até o quadro 10.3.1 foram cumpridas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o CPC 01 R1 uma classe de ativos é um agrupamento de ativos de natureza e uso similares nas operações da entidade. Nesse quadro trata-se de quando ocorre a perda. No quadro 10.0, quando reconhecida à perda a entidade deve descrever o montante da perda, a linha da demonstração do resultado do exercício, é caso o ativo for alvo de reavaliação, deve-se apresentar a perda por desvalorização de ativos reavaliados.

Quadro 10.0 – Exigências de divulgação obrigatória conforme o CPC 01 R1

a) Para cada classe de ativos	
01	O montante da perda
02	Linha da demonstração do resultado do exercício
03	O montante da perda por desvalorização de ativos reavaliados em outros resultados abrangentes durante o período

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

No quadro 10.1, para cada ativo individual ou unidade geradora de caixa, a entidade deve relatar os eventos, motivos que causaram a perda, e o montante da perda, especificando, se o valor do recuperável do ativo foi estimado como valor em uso ou valor justo líquido da despesa de venda, e se for o valor em uso, a empresa deve divulgar também, que tipo de taxa foi usado.

Quadro 10.1 – Exigências de divulgação obrigatória conforme o CPC 01 R1

b) Para cada ativo individual ou unidade geradora de caixa	
01	Os eventos ou circunstância que levaram a perda
02	O montante da perda por desvalorização
03	Especificar se o valor recuperável é seu valor justo líquido de despesa de alienação ou o seu valor em uso
04	Se o valor recuperável for o valor em uso, a taxa de desconto utilizado na estimativa corrente e na estimativa (se houver) do valor em uso.

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

No quadro 10.2, se a entidade reportar informações por segmento de acordo com o CPC 22 – Informações por segmento. A entidade deve divulgar no montante da perda por desvalorização ocorrida na demonstração do resultado do exercício e na demonstração do resultado abrangente.

Quadro 10.2 – Exigências de divulgação obrigatória conforme o CPC 01 R1

c) A entidade que reporta informações por segmento de acordo com o CPC 22 Informações por segmentos.	
01	O montante das perdas por desvalorização reconhecida, durante o período, nas demonstrações do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

No quadro 10.3, a unidade geradora de caixa contendo ágio (*goodwill*) ou ativo intangível com vida útil indefinida. A entidade deve divulgar o valor contábil do ágio (*goodwill*) que foi alocado ao ativo ou à unidade geradora de caixa. Também o valor contábil dos ativos intangível com vida indefinida alocada ao ativo ou a unidade geradora de caixa, e a base que foi usado para determinar o valor recuperável.

Quadro 10.3 – Exigências de divulgação obrigatória conforme o CPC 01 R1

d) Unidade geradora de caixa contendo ágio (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida	
01	O valor contábil do ágio (<i>goodwill</i>) alocado à unidade (grupo de unidades)
02	O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade (grupo de unidades)
03	A base sobre a qual o valor recuperável foi determinado (valor em uso ou valor justo líquido de despesa de alienação)

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

No quadro 10.3.1, se o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa tiver sido baseado no valor em uso, a entidade deve descrever a premissa chave sobre a qual a administração tenha baseado suas projeções de fluxos de caixa, e a descrição da abordagem utilizada pela administração para determinar o valor sobre qual está assentadas as premissas chaves, se os valores refletem a experiência passada ou apropriada, são consistentes com fontes de informação externas. E o período sobre qual a administração projetou os fluxos de caixa, baseada no orçamento ou previsões por ela aprovada.

Quadro 10.3.1 – Exigências de divulgação obrigatória conforme o CPC 01 R1

i) Se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) tiver sido baseado no valor em uso	
01	Cada premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado suas projeções de fluxo de caixa para o período coberto pelo mais recente orçamento ou previsão.
02	Descrição da abordagem utilizada pela administração para determinar o valor sobre o qual está assentadas as premissa-chave; se esses valores refletem a experiência passada ou, se apropriado, são consistentes com fontes de informação externas
03	O período sobre o qual a administração projetou os fluxos de caixa, baseada em orçamento ou previsões por ela aprovada
04	Quando superior a cinco anos for utilizado para a unidade geradora de caixa (grupo de unidades), uma explicação do motivo por que um período mais longo é justificável.
05	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, além do período coberto pelo mais recente orçamento ou previsão, e justificativa para utilização de qualquer taxa de crescimento que exceda a taxa média de crescimento de longo prazo para os produtos, segmentos de indústria, ou país
06	A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado

Na primeira etapa foram analisadas as empresas que não reconheceram a perda por desvalorização. O quadro 10.1 linha 03 até o quadro 10.3.1 que constam os critérios de divulgação da redução ao valor recuperável de ativos excluindo apenas o quadro 10.0 e parte e a linha um e dois do quadro 10.1 que analisa a perda por desvalorização.

Quadro 11 – Empresas que divulgaram a forma do teste de redução ao valor recuperável

Para cada ativo individual ou unidade geradora de caixa		
Empresas	03	04
Alpargatas s.a	x	
Brasken	x	
Cia fiação tecidos cedro		
Cia estadual de distribuição energia elétrica ceee-d		
Cia estadual ger.trans.ener. elet-ceee-gt		
Cia energética de minas gerais – Cemig		
Cesp - Cia energética de são Paulo	x	x
Cia paranaense de energia - Copel	x	
Centrais elet Brás S.A. - Eletrobrás	x	
Eucatex S.A. indústria e comercio		
Cia ferro ligas da Bahia - ferbasa		
Fras-le S.A.		
Gerdau s.a		
Metalúrgica Gerdau s.a	x	x
Inepar S.A. indústria e construções		
Mangels industrial s.a		
Oi s.a		
Cia brasileira de distribuição	x	x
Randon S.A. implementos e participações		
Suzano papel e celulose s.a		
Cteep - Cia transmissão energia elétrica paulista		
Usinas Sid de minas gerais S.A.-Usiminas	x	

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 11 foi baseado no quadro 10.1 que mostra as exigências de divulgação quanto à forma de fazer o teste de redução ao valor recuperável. Nessa primeira parte foram analisadas as empresas que não reconheceram a perda por desvalorização, uma amostra de 22 empresas, apenas oito empresas reconheceram o uso do teste de redução ao valor recuperável, às outras apenas mencionaram o uso do teste sem mostrar como foi realizado o teste, apenas citando partes do CPC 01 R1 – redução ao valor recuperável.

A empresa Cesp reconheceu como base para o valor recuperável o valor em uso, e utilizou os fluxos de caixas futuros das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como menor nível de unidade geradora de caixa.

Na Metalúrgica Gerdau ocorreu também o reconhecimento à utilização do valor em uso e usou uma taxa de desconto. As taxas de desconto utilizadas foram 9,2% ao ano para o segmento América do Norte (9,5% em dezembro de 2012), 10,0% ao ano, para o segmento Aços Especiais, 10,5% ao ano para o segmento América Latina e 11,0% ao ano para o segmento Brasil.

Na Cia Brasileira de distribuição, o valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo, baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes do cálculo dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa foi 10,8%.

Na Alpargatas, Braskem, Cia Paranaense de energia, Central elétrica Brasileira, Usinas Sid, foram utilizados como valor recuperável o valor em uso e não foi divulgado que tipo de taxa de desconto foram utilizados para verificação dos fluxos de caixa futuro.

Quadro 12 – Empresas que reconheceram perda em outros segmentos

Empresas	01
Alpargatas s.a	
Braskem	
Cia fiação tecidos cedro	
Cia estadual de distribuição energia elétrica ceee-d	
Cia estadual ger.trans.ener.elet-ceee-gt	
Cia energética de minas gerais – Cemig	
Cesp - Cia energética de são Paulo	
Cia paranaense de energia - Copel	
Centrais elet Brás S.A. - Eletrobrás	x
Eucatex S.A. indústria e comercio	
Cia ferro ligas da Bahia - ferbasa	
Fras-le S.A.	
Gerdau s.a	
Metalúrgica Gerdau s.a	
Inepar S.A. indústria e construções	
Mangels industrial s.a	
Oi s.a	
Cia brasileira de distribuição	
Randon S.A. implementos e participações	
Suzano papel e celulose s.a	
Cteep - Cia transmissão energia elétrica paulista	
Usinas Sid de minas gerais S.A.-Usiminas	

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 12 foi fundamentado no quadro 10.2 que mostra as exigências de divulgação de perdas por desvalorização em outros segmentos. Uma amostra de 22 empresas, apenas uma empresa reportou informações por segmento de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22 – informações por segmento.

Nas Centrais elétricas brasileiras S.A – Eletrobrás foi reconhecido perda evidenciada em notas explicativas. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 4.943.525, mas esse valor não apareceu na demonstração do resultado do exercício e na demonstração do resultado abrangente.

Quadro 13 – Empresas que divulgaram o ágio ou ativo intangível com vida útil indefinida

Empresas	01	02	03
Alpargatas s.a	x		x
Brasken	x		x
Cia fiação tecidos cedro			
Cia estadual de distribuição energia elétrica ceee-d			
Cia estadual ger.trans.ener. elet-ceee-gt			
Cia energética de minas gerais – Cemig			
Cesp - Cia energética de são Paulo			
Cia paranaense de energia - Copel			
Centrais elet Brás S.A. - Eletrobrás			
Eucatex S.A. indústria e comercio			
Cia ferro ligas da Bahia - ferbasa			
Fras-le S.A.			
Gerdau s.a			
Metalúrgica Gerdau s.a			
Inepar S.A. indústria e construções			
Mangels industrial s.a			
Oi s.a			
Cia brasileira de distribuição			
Randon S.A. implementos e participações			
Suzano papel e celulose s.a			
Cteep - Cia transmissão energia elétrica paulista			
Usinas Sid de minas gerais S.A.-Usiminas			

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 13 foi baseado no quadro 10.3 que mostra exigências de divulgação sobre os ativos ou unidade geradora de caixa que contenha o ágio ou ativo intangível com vida útil indefinida. Nesse quadro foi verificado se as empresas verificaram o valor contábil do ágio

alocado à unidade, o valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinido alocado a unidade.

Da amostra com 22 empresas apenas duas empresas reconheceram o uso dos respectivos valores.

A Alpagartas e a Braskem reconheceram o valor do ágio alocado à unidade e a base sobre a qual o valor recuperável tenha sido determinado. As demais empresas em sua maioria apenas citaram o teste nesse item.

Quadro 14 – Empresas que divulgaram o valor em uso

Empresas	01	02	03	04	05	06
Alpargatas s.a	x		x		x	x
Brasken	x		x			x
Cesp - Cia energética de são Paulo	x	x	x			x
Cia paranaense de energia - Copel	x					
Centrais elet Brás S.A. - Eletrobrás	x					x
Cia brasileira de distribuição						x
Usinas Sid de minas gerais S.A.-Usiminas	x					x
Metalúrgica Gerdau s.a						x

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 14 foi baseado no quadro 10.3.1 que mostra exigências de divulgação, quando as empresas declararem o valor em uso como o valor recuperável. A análise dos dados foi realizado apenas nas empresas que reconheceram o valor em uso para determinar o valor recuperável. Compondo uma amostra de oito empresas que utilizaram essa forma de evidenciação.

Na Alpagartas foi reconhecido o processo de estimativa do valor em uso, que envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após o calculo dos impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas chaves utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida

com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha “*Brand Extention*”, franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

Na Braskem as premissas utilizadas para determinar o fluxo de caixa descontado incluem: fluxo de caixa para cinco anos com base no Plano de Negócios, taxa de desconto e da taxa de perpetuidade baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (*WACC*) de 13,26% ao ano e sem taxa de crescimento real.

Na Cia Paraense as principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação do imobilizado são as seguintes:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e.
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Nas Centrais elétricas Brasileiras S.A foram considerados as seguintes premissas: a) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; b) Taxa de desconto (após os impostos) específico para cada segmento 6,80% para geração, 6,45% para transmissão e 6,61% para distribuição (4,98% para geração, 4,73% para transmissão e 4,61% distribuição em 2012) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

Na usina Sid de Minas Gerais S.A as principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável foram à margem bruta, que foi apurada pela média do período orçado de cinco anos do plano de negócios da Companhia, a taxa de crescimento, que considerou média da geração de caixa operacional, para o período orçado de cinco anos no plano de negócios da Companhia e a taxa de desconto.

Na Cia brasileira de distribuição e metalúrgica Gerdau foram identificadas apenas a taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa.

Nessa segunda etapa será analisada a empresa que reconheceu perda de desvalorização de redução ao valor recuperável.

Quadro 15 – Empresas que reconheceram a perda por desvalorização

Para cada classe de ativos			
Empresas	01	02	03
Vale s.a	x	x	

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 15 foi baseado no quadro 10.0 que mostra exigências de divulgação da perda por desvalorização. Na Vale S.A foi reconhecido uma perda por desvalorização por redução ao valor recuperável e mostra a linha na demonstração do resultado do exercício. Não foi reconhecido desvalorização de ativos reavaliados.

Quadro 16 - Empresas que divulgaram a forma do teste de redução ao valor recuperável

Para cada ativo individual ou unidade geradora de caixa				
Empresas	01	02	03	04
Vale s.a	x	x	x	

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 16 foi baseado no quadro 10.1 que mostra as exigências de divulgação quanto à forma de fazer o teste de redução ao valor recuperável. A Vale S.A, em março de 2013, suspendeu à implantação do projeto Rio Colorado, na Argentina, posteriormente, reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável nos ativos de potássio relacionados ao Projeto Rio Colorado, o valor reconhecido foi de R\$ 2.298.000,00

A Vale S.A utilizou o valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração, não foi identificado à mensuração da taxa de desconto.

A Vale S.A não reportou informações por segmento conforme o CPC 22.

Quadro 17 – Empresas que divulgaram o ágio ou ativo intangível com vida útil indefinida

Empresas	01	02	03
Vale s.a	x	x	x

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 17 foi baseado no quadro 10.3 que mostra exigências de divulgação sobre os ativos ou unidade geradora de caixa que contenha o ágio ou ativo intangível com vida útil indefinida. A vale S.A reconheceu do valor do ágio, foi gerado a partir do processo de aquisição de parte dos negócios da Companhia, principalmente por minério de ferro e pelotas (US\$1,829), níquel (US\$1,744) e fertilizantes (US\$567).

A revisão anual da perda da redução ao valor recuperável do ágio não resultou em provisão para perda no ano de 2013. Para fins de teste de *impairment*, foi utilizada uma taxa de desconto específica por ativo.

Quadro 18 – Empresas que divulgaram o valor em uso

Para cada classe de ativos						
Empresas	01	02	03	04	05	06
Vale s.a	x	x				

Fonte: Souza, Borba e Zandonai (2011) adaptado.

O quadro 18 foi baseado no quadro 10.3.1 que mostra exigências de divulgação, quando as empresas declararem o valor em uso como o valor recuperável. Na vale as premissas chaves mais sensíveis do fluxo de caixa descontado são os preços de venda e custos de produção.

A Companhia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos; custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados; e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Para os investimentos em entidades coligadas ou controladas em conjunto com ações negociadas em bolsa, a Vale avalia a redução ao valor recuperável dos ativos, quando há declínio prolongado ou significativo no valor de mercado das ações. Se o valor de mercado for menor que o valor contábil dos investimentos, e a redução não for sazonal, a Companhia realiza o ajuste do valor do investimento até o valor de realização cotado no mercado.

Independentemente da indicação de *impairment* de seu valor contábil, os saldos de *goodwill*, outros ativos intangíveis com vida útil indefinida e terrenos são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

A Vale S.A não reconheceu o período sobre o qual a administração projetou os fluxos de caixa, baseada em orçamento ou previsões por ela aprovada e a taxa de desconto nos fluxos de caixa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho objetivou-se verificar se as companhias de capital aberto listada no nível 1 de governança corporativa evidenciou o teste de redução ao valor recuperável de ativos em 2013 e seguiram as normas de divulgação contida no CPC 10 R1 (2010), utilizado como amostra 23 empresas listadas no nível 1 de governança corporativa.

Primeiro foram analisadas as demonstrações financeiras padronizadas das empresas que não reconheceram perda no valor recuperável de ativos. Uma amostra de 22 empresas, oito reconheceram o valor recuperável do valor em uso, e dessas apenas três empresas informou a taxa de desconto.

Com relação a informações de perda em outros segmentos apenas uma empresa reconheceu a perda, a Centrais elétrica brasileira S.A. – Eletrobrás.

Sobre a identificação do reconhecimento de perdas no ágio alocado ao ativo ou a unidade geradora de caixa apenas duas empresas reconheceram a perda que foram a Alpagatas e a Brakem, mas elas não informaram o valor do ágio alocado.

Das oito empresas que informaram o valor em uso, para identificar o valor recuperável, seis evidenciaram a premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado suas projeções de fluxo de caixa para o período coberto pelo mais recente orçamento ou previsão.

Das empresas que não identificaram a perda, a Alpagatas e Braskem foram as que conseguiram atender mais itens quanto à divulgação que é obrigatório.

Na segunda parte foi analisada a empresa que identificou a perda por desvalorização no valor recuperável de ativos, da amostra com 23 empresas, apenas a empresa Vale S.A reconheceu a perda por desvalorização de ativos.

A Vale S.A reconheceu o valor da perda e linha na demonstração do resultado do exercício, não houve ativos reavaliados.

A Vale S.A foi à única empresa a reconhecer a perda por desvalorização por redução ao valor recuperável de ativos conforme o CPC 01 R1 (2010), e seguiu todas as normas de como identificar, a forma de mensurar. Porém ficou faltando às taxas de descontos, o valor da taxa utilizada e o período que sobre a qual a administração projetou os fluxos de caixa.

As empresas listadas no nível 1 de governança corporativa ainda não divulgam todas as informações, sobre a redução do valor recuperável de ativos, de acordo como as exigências do CPC 01 R1 (2010).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, ALEXANDRE. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10 ed.-São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, ILSE MARIA. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. - 5. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2010

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – CPC – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 18 Novem. 2014

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 25 jun. 2014

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 25 jun. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27- Ativo Imobilizado**. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>> Acesso em: 25 jun.2014

Ernst & Young. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ERNST & YOUNG. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, NIRLENE APARECIDA CARNEIRO. RODRIGUES, LUCIANA ALVES. E CUNHA, JAQUELINE VENEROSO ALVES DA. Perdas no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise da Sua Evidenciação nas Demonstrações Financeiras. - 8º SEMEAD Seminários em Administração. Setembro 2010.

GIL, CARLOS. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2010
Gitman, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HENDRIKSEN, ELDON S. VAN BREDA, MICHAEL. Teoria da Contabilidade. 1.Ed. São Paulo: 2009

IUDÍCIBUS, SÉRGIO DE. Contabilidade Introdutória. 11º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, SERGIO DE; MARTINS, ELISEU. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: 2010

MARIO. JOSÉ CARLOS. Contabilidade Empresarial. 15º Ed. São Paulo: Atlas, 2009

ONO, HEVERTON MASSARU. RODRIGUES, JOMAR MIRANDA. NIYAMA, JORGE KATSUMI. *Disclosure sobre impairment: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008*. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 67-87, jan./abr. 2010.

RICHARDSON, ROBERTO JANY, Pesquisa social: métodos e técnicas/Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres - 3. ed - 8 reimpr. São Paulo; Atlas, 2008

ROSSETTI, JOSÉ PASCHOAL. ANDRADE, ADRIANA. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

SALES, ISABEL CRISTINA HENRIQUES, ANDRADE, LUIZ FELIPE FIGUEIREDO, IKUNO, LUCIANA MIYUKI. *Impairment e o setor de energia elétrica: Características da evidenciação contábil*. **Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal**. V4. N.1,p. 120 – 137, jan/jun. 2012.

SOUZA, MAÍRA MELO DE; BORBA, JOSÉ ALONSO; ZANDONAI, FABIANA. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: Uma verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras – Revista Contabilidade Vista & Revista ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 2 p. 67-91, abr./jun.2011.

APÊNDICE E

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UFGD

Eu, (Carlos Adriano Matsumoto), (estudante), (avenida Marcelino Pires n 644), (001379877 – SSP MS), (00364336161), aluno do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados, matriculado sob número 2010000091, venho, por meio do presente, **AUTORIZAR** a inserção do meu Trabalho Final de Graduação, Aprovado em banca, intitulado (Evidenciação do teste de *impairment* nas Demonstrações Financeiras de Companhias Abertas Listada na BM&FBOVESPA) nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais.

DECLARO, dessa forma, que **cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado**, o inteiro teor do meu Trabalho de Graduação acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, **para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s)**.

DECLARO, ainda, que sou **autor e único e exclusivo responsável** pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Graduação.

AUTORIZO, ainda, a Universidade a **remover** o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a **qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia** à minha pessoa.

Em Dourados, 18 de Dezembro de 2014.

Assinatura: _____

Nome Completo: Carlos Adriano Matsumoto